

Eixo Temático
Educação no Campo e Movimentos Sociais

Título
Um olhar no movimento e a educação meia superior zapatista

Autor(es)
López Flor Magali Aguilar ¹

Instituição
Universidade Federal de São Carlos

E-mail
magaliaguilar_91@hotmail.com

Palavras-chave
Movimento indígena, educação popular, direitos indígenas

Resumo

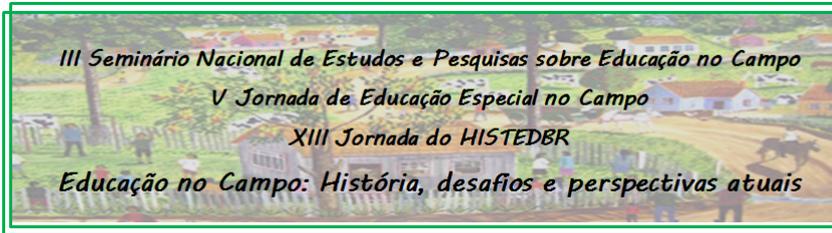
Ao longo da história, os povos indígenas tiveram mudanças significativas, no entanto, a falta de oportunidades e a vulnerabilidade deste sector da população no México, gerou o movimento social, EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional Zapatista) dos indígenas de Chiapas. O artigo analisa os acordos a nível internacional, sobre os direitos indígenas e as obrigações do Estado para fornecer as distintas culturas, como também o contexto do movimento indígena no México, as principais petições, os acordos com o governo e por último, a experiência da educação convencional de ensino meio e de maneira particular a Escuela Secundaria Rebelde Autónoma Zapatista Primero de Enero (EZRAZ).

Educação auto pedagógica no movimento social

A modernidade elaborou da escola, como um espaço formativo. No entanto, hoje não se imagina a prática educativa fora da escola, aliás de desvalorizar aquelas propostas pedagógicas endógenas surgidas a partir das necessidades do povo (terra, trabalho, educação, liberdade, justiça). Na atualidade, contempla-se uma realidade, onde a educação prepara somente para força de trabalho, como parte do sistema econômica capitalista. (ARAÚJO, 2012)

www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



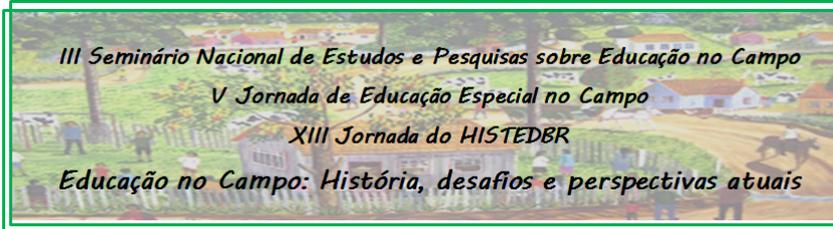
O movimento social acontecido no Brasil é o chamado Movimento Sem Terra, a raiz deste movimento surgiu uma concepção da educação com a intenção de formar os membros da organização, tendo em conta a criação de sua própria pedagogia. As finalidades educativas do movimento era que a escola se vinculasse com a realidade atual, e dizer, que a realidade fosse compreendida e enfrentada pelas famílias que lutam pela terra. O que gerou uma matriz pedagógica da luta social, entende-se de matriz como transformadora do agir humano, no sentido de construir-lhe determinados traços que influenciam sempre na luta social, o que significa, que, o ser humano não forma apenas da conformação social, se não de um estado permanente de luta, sendo que devem formar objeto de estudo científico na escola. (SALETE, 2012, pp. 30-31, 39-40) Embora que este movimento não seja indígena, as necessidades deste povo com a terra, forma parte também das petições dos indígenas no México. O Movimento Sem Terra como o EZLN, são os dois movimentos com maior impacto em Latino América. Ambos, camponeses, dependentes da terra. Durante sua luta, geraram pedagogias próprias, nas quais, pretende-se fornecer suas lutas, com uma ideologia que se repasse às próximas gerações.

Movimento indígena em Chiapas México

No Informe sobre Desarrollo Humano, 2014 descreve que ao longo do tempo, como a classe dominante reprimia aos povos indígena devido a suas identidades multiplex e complementarias, contrapontando os benefícios econômicos, sociais e políticos, no entanto, na atualidade é muito mais complexo reprimir os movimentos sociais que exigem seus direitos e o reconhecimento a sua cultura e a sua identidade. Dos cinco direitos – sociais, civis, políticos, econômicos e culturais- o direito cultural é o menos atendido. Pelo que o direito cultural, reconhece a liberdade cultural, entende-se da liberdade das pessoas de escolher sua identidade, sem ter que perder outras oportunidades ora ter uma exclusão pelo modo de vida ora exclusão de participação. Aliás, pouco se conhece sobre os movimentos coercitivos, se bem, existe movimentos que buscam a dominação cultural, é dizer, aqueles que são motivados pela ideologia da superioridade, usando a coerção para suprimir a identidade cultural de outras pessoas,

www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

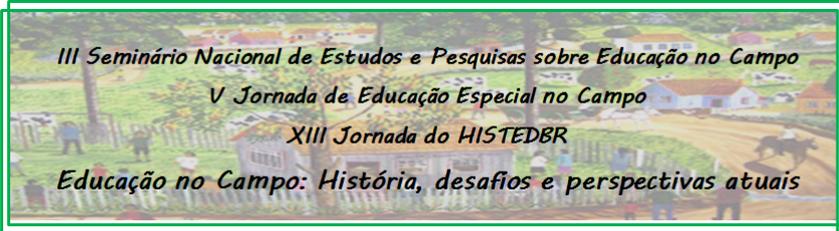


movidos pela intolerância ou pelo ódio (*apud Cit.*). No entanto, existem movimentos com causa, que buscam uma igualdade de oportunidades, pelos direitos, por uma sociedade mais integrada. Há povos, que tem lutado pela autonomia, isto, como uma demanda de reconhecimento jurídico e político, como também pela disputa pelo território. Muitas vezes movidos pela negação do Estado em reconhecer os direitos dos povos e comunidades indígenas. (ROMERO, S-D)

Em México, de acordo com o censo demográfico 2000, a população indígena representa 9.8% da população, ou seja, 15 milhões de indígenas, ocupando a quinta parte do território mexicano. Sendo assim, 62 grupos étnicos – Chontal, cho, Amuzgo, chatino, chinanteco, chocho, chontal, cuicateco, huave, ixcateco, mazateco, mixe, mixteco, triqui, zapoteco, Cakchiquel, chol, jacalteco, kanjobal, lacando, mame, mochó, tojolabal, tzeltal (tseltal), tzotzil (tsotsil) y zoque- com as 60 línguas oriundas, fazem do México um país pluricultural, com sua cultura, sua língua e sua história, desconhecida pela sociedade mexicana ao longo de 5 séculos. Embora que ainda não exista em México, um homogeneísmo na igualdade de oportunidades, direitos humanos, sociais e culturais. (CDI, 2010)

A desigualdade, a falta de reconhecimento das identidades indígenas, a falta de interesse pelo governo mexicano, ocasionou que os indígenas da etnia tzotzil, tzeltal, tojolab'al, ch'ol de Chiapas, organizaram-se para que exigissem educação, saúde, terra, trabalho, autonomia, liberdade, justiça. Pois, neste caso, os indígenas vivem em zonas marginadas, muitas vezes sem a existência dos serviços básicos em suas comunidades. O que ocasionou a formação do Ejército Zapatista de Liberación Nacional, o 17 de novembro de 1938 nas montanhas e selvas de Chiapas. Nesse momento, consideravam-se e sentiam-se “inexistentes” “invisíveis” para o governo, pelo que sua aparição foi até o 1 de janeiro de 1994, como movimento armado, ocupando seis cidades, a principal e mais grande foi em San Cristóbal de las Casas. O exército mexicano agiu rapidamente, pelo que os rebeldes se deslocaram na selva. (CARVAJAL, 2012)

Se tentou um diálogo entre as duas partes, - EZLN e governo mexicano- em 1994, com o chamado ‘Diálogo de la Catedral’, mas não se chegou a nenhum acordo. Em

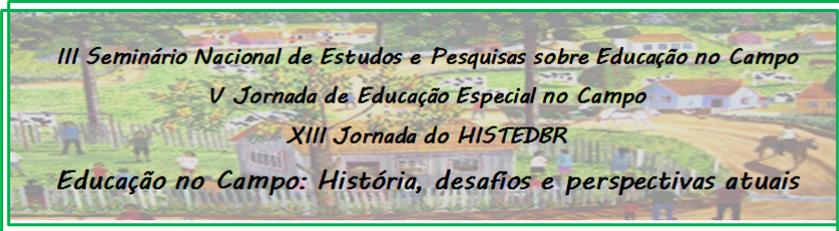


1995 se retoma o diálogo em San Andrés Larrainzar, com os temas de direitos e cultura indígena, culminando em fevereiro de 1996 com os ‘Acuerdos de San Andrés’, sendo este, o primeiro acordo sobre os direitos indígenas em México. Entre os principais, encontram-se: Reconhecer aos povos indígenas na constituição, ampliar a participação e as representações políticas, promover as manifestações culturais, a educação e a capacitação, proteger aos indígenas migrantes.(SAMANO, 2000)

No entanto, os acordos não foram executados pelo Estado, assim, o ‘San Andrés’ reflexa a condição humana, uma luta não reconhecida e pouco compreendida dos indígenas pelos mestiços. Segundo López e Rivas (citado em SAMANO, 2000) as possíveis razões pelas que o Estado não frequentou foram: a ideologia dominante do governo, ao não aceitar marcos jurídicos que rebassem os direitos dos cidadãos, a autonomia rompe com o corporativismo do partido do Estado, a livre exploração de recursos naturais e por último, o governo nega o reconhecimento do triunfo do EZLN. No entanto, ‘San Andrés’ foi um avance significativo, um diálogo e um olhar do mundo para aqueles que foram esquecidos e ignorados ao longo do tempo.

Depois do incumprimento do Estado nos ‘Acuerdos de San Andrés’ e a falta do reconhecimento aos direitos indígenas, os zapatistas articularam outra forma de ataque, só que desta vez sem as armas, senão com a autonomia nos territórios rebeldes. Segundo o comunicado do 19 de julho do 2003, aqueles municípios conhecidos como Aguascalientes, passaram a ter o nome de Caracoles. O projeto dos Caracoles, tem que ver com os povos-governos, na qual, o povo luta pela autonomia y a criação de autonomia em redes de povos autônomos. “Criando com a comunidade, pela comunidade e para a comunidade”. O movimento zapatista é um ponto de referência para os movimentos sociais, pois, em sua busca, conseguiu materializar uma construção autônoma. Nas palavras de Casanova, 2003:

“O zapatismo há virado uma ferramenta que pode ser usada por todas as rebeldias que navegam o mar da globalização. Nos invita a materializar a construção comunitária e autônoma com a paciência e a tranquilidade do Caracol”

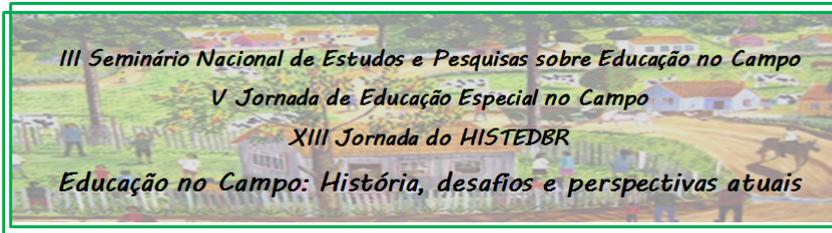


Educação indígena, um olhar na educação zapatista

Antes da colonização, a educação entre os povos indígenas, se dá por meio da oralidade, onde a família é instituição principal, que fornece os conhecimentos pela experiência empírica. No entanto, a educação tem sofrido diversas mudanças, primeiramente com acordos, onde se reconhece os direitos indígenas. Entre os quais, está a cidadania étnica, como uma alternativa para a compreensão dos processos de relação entre os indígenas e o Estado. Segundo García, 2011 “a intercultural como projeto de descolonização cultural”.

O 29 de junho de 2006, o Consejo de Derechos Humanos aprova a Declaración de las Naciones Unidas, sobre os direitos dos povos indígenas, nos que se destaca: os direitos da vida, da integridade física e mental como também de praticar e revitalizar suas tradições, costumes culturais, diversidade de suas culturas, pertencer a uma comunidade ou nação indígena. Entre os quais, destaca-se a educação como direito dos indígenas em estabelecer e controlar seus sistemas e instituições docentes, no caso do Estado tem a obrigação de adotar medidas conjuntamente com os indígenas para garantir a educação com sua própria cultura e o uso de sua língua. Observa-se no artigo 14:

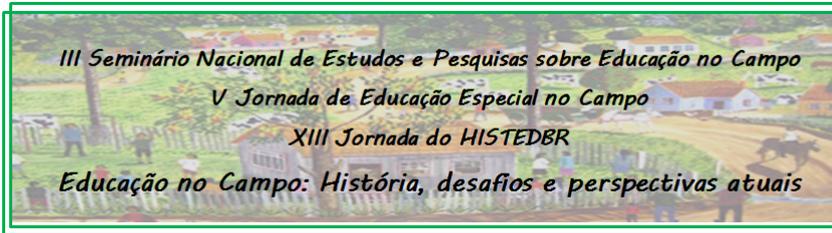
- 1.. Os povos indígenas têm direito de estabelecer e controlar seus sistemas e instituições docentes que se dê educação em suas próprias línguas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e aprendizagem
- 2.. Os indígenas, em particular os meninos, têm direito em todos os níveis e formas de educação
- 3.. Os Estados adoptaram medidas eficazes, conjuntamente com os povos indígenas, para que as pessoas indígenas, em particular os meninos, incluídos os que vive fora de suas comunidades, tenham acesso, quando seja possível, a educação em sua própria cultura e em sua própria língua. (DECLARACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS, 107a. sesión plenaria 2007, pag. 17. Tradução propia)



Na “Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos”, no artigo 2, inciso B, estipula a igualdade de oportunidades para os indígenas, por meio de instituições determinaram-se as políticas necessárias para garantir a vigência dos direitos dos indígenas, como o desenvolvimento integral de seus povos, com a finalidade de fortalecer a economia local mediante ações coordenadas entre os três ordenes de governo, como também o Estado tem a obrigação de garantir e incrementar os níveis de escolaridade, favorecendo uma educação bilíngue e intercultural, como também estabelecer bolsas para os estudantes e material didático com conteúdo regional, observa-se nos parágrafos seguintes:

- I. Impulsar o desenvolvimento regional das zonas indígena com o propósito de fornecer as economias locais e melhorar as condições de vida de seus povos, mediante ações coordenadas entre os três ordenes de governo, com a participação das comunidades. As autoridades municipais determinarão equitativamente as assinações pressupostas que as comunidades administrarão diretamente para fines educativos.

- II. Garantir e incrementar os níveis de escolaridade, favorecendo a educação bilíngue e intercultural, a alfabetização a conclusão da educação básica, a capacitação produtiva e a educação de ensino meio e ensino meio. Estabelecer um sistema de bolsas para os estudantes indígenas em todos os níveis. Definir e desenvolver programas educativos de conteúdo regional que reconheça a herança cultural de seus povos, de acordo com as leis da matéria e em consulta com as comunidades indígenas. Impulsar o respeito e conhecimento das diversas culturas existentes na nação. (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, pág. 3, tradução própria)



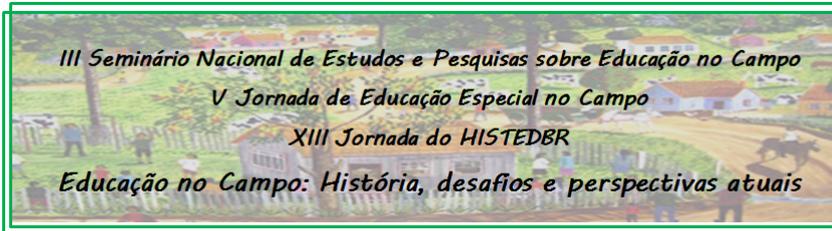
Gallois (2014) faz menção sobre a contradição inerente a escola, seja como um instrumento de empoderamento para conquistar a autonomia - os índios tomam as instituições escolares, para fazer delas um espaço para o exercício da política, aprendendo até as políticas dos brancos – o autor define esse processo como “arte criativa de se apropriar de armas oferecidas pelos brancos”. No entanto, hoje essas políticas não são consideradas como “indigenistas” já que, não estão catalogadas pelas diversidades de modos de saber, nem com as formas de articular conhecimentos.

As demandas educativas indígenas em América Latina em 1980, propõem na educação maior autonomia política e interculturalidad, pelo que algumas organizações indígenas experimentam a construção de alternativas pedagógicas liberadoras. Depois do levantamento armado zapatista no México, experimentou-se nas comunidades indígenas tseltales de “Las Cañadas”, uma maior intervenção dos indígenas na seleção, formação e avaliação dos docentes da educação primária. Aliás o projeto educativo tem rasgos distintos, isto com base nas consignas y prioridades pedagógicas das famílias integrantes do EZLN, contando com os mecanismos políticos, econômicos e socioculturais. Onde a democracia participativa, forma parte nas decisões, na qual participam pais, avós e em ocasiões os alunos da escola. Tendo participação coletiva até do povo sobre apoio material, laboral, eleição e de apoio de promotores. (BARONNET, 2011)

A primeira escola autônoma zapatista foi a nível ensino meio. A Escuela Secundaria Rebelde Autónoma Zapatista Primero de Enero (EZRAZ), sua iniciação foi o 10 de abril do 2000, recebendo a 180 alunos tsotsiles. A organização que apoio na formalização da escola foi “San Diegans for Dignity, Democracy and Peace in Mexico”. Num estudo realizado por Narvaez, (2011) sobre uma escola convencional, EST número 57 (Escuela Secundaria Técnica) e a escola antes mencionada, mostra que uma das diversidadesdiferencias entre as duas escolas, está na obtenção de recursos, pois, a primeira obtém recursos econômicos provenientes de distintos programas governamentais, enquanto a segunda obtém os recursos econômicos com o apoio solidário internacional e o trabalho coletivo. Outra diferença, é que na primeira escola observou-se uma certa

www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



discriminação de alguns professores até uma ressignificação cultural, as atividades pedagógicas são determinadas pelo uso de intensivo de livros da SEP (Secretaria de Educación Pública), além de ter problemas de comunicação, devido as diferenças linguísticas e culturais. No caso de EZRAZ, os materiais didáticos, está baseado na pedagogia de Paulo Freire, sugerindo que os conteúdos pedagógicos devem surgir do diálogo e da reflexão dos educadores e do povo, ou seja, uma integração de saberes endógenos, etnificando uma educação- aprendizagem “próprias”.

Considerações finais

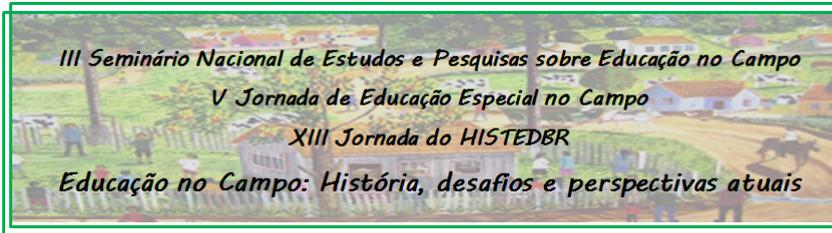
Na atualidade a educação só se contempla institucionalizada, desvalorizando as propostas educativas populares, aquelas que tem surgido das necessidades dos povos, dos movimentos sociais e da resistência. Os movimentos sociais – MST e EZLN- são ponto de referência para Latino América, embora que o EZLN seja um movimento indígena, exigem os direitos de trabalho e terra para o governo. O MST, gera uma matriz pedagógica de luta social, onde as finalidades pedagógicas baseiam-se na realidade atual, onde permitisse ser compreendida e enfrentada pelas famílias que lutam pelo povo.

Ao longo do tempo, a repressão da classe dominante aos povos indígenas, contrapontando benefícios econômicos, sociais e políticos. Deixando de lado os saberes culturais, a sabedoria, as tradições, as línguas. Na atualidade dos cinco direitos; o cultural é o menos atendida. Por isso a necessidade de fazer estudos, sobre as petições dos povos indígenas, sobre seus movimentos, já que de esta maneira, se fornece a busca pela igualdade de oportunidades, pelos direitos, por uma sociedade mais integrada.

Embora que há países pluriculturais, enriquecidos pelas línguas oriundas, a cultura, a história. Pouco se tem trabalhado no reconhecimento das identidades indígenas. Um exemplo daquilo é a falta de interesse do governo mexicano, o que gerou o movimento armado EZLN. O produto daquele movimento foi os ‘Acuerdos de San Andrés’ relacionado no tema de direitos e cultura indígena. Só que como um fiel reflexo da realidade, o governo não fez nada para o cumprimento do acordo. Aliás, os ‘Acuerdos de San Andrés’, foi um logro muito importante para o movimento.

www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



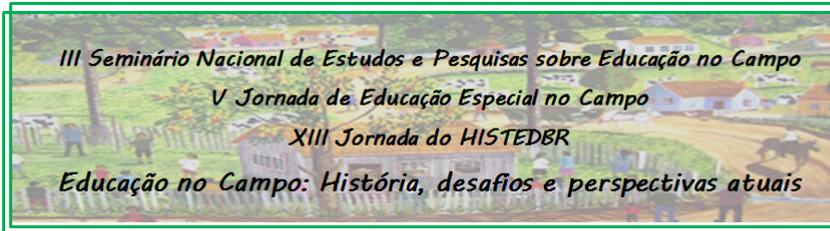
As diferenças da educação escolar convencional com a educação popular são significativas, pois, neste caso, onde os movimentos tem gerado suas próprias escolas, baseia-se na ideia de fornecer o movimento, a resistência e também que responda as necessidades regionais. No caso dos zapatistas, EZRAZ, é uma alternativa de educação diferente às escolas convencionais, a pedagogia da EZRAZ, está baseado na pedagogia de Paulo Freire, na qual, o conteúdo pedagógico, permite a integração de saberes endógenos. Isto importante, para as distintas características, regionais e culturais. Além de fazer uso da língua e de não subestimar os conhecimentos dos indígenas. Portanto, observa-se a importância que dão os movimentos sócias à educação. Uma educação diferenciada, que responda as necessidades para permitir um desenvolvimento.

Referências

- ARAÚJO, G. L. **Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra: materiais teórico-metodológicos referentes à luta pela terra e pela educação.** Temas e problemas no ensino em escolas do campo, 1era edição. Editora Outras expressões, São Paulo, 2012 p. 137-139
- BARONNET, B. **Entre el cargo comunitario y el compromiso zapatista. Los promotores de educación autónoma en la zona Selva Tseltal.** Universidad Autónoma Metropolitana UAM-Xochimilco, México, DF. 2011, PP, 191- 197, 205-2
- CARVAJAL, A. M. **El Movimiento Zapatista: Impacto Político de un Discurso en Construcción.** Revista Enfoques. Vol. X. N.16. 2012 pp. 151-174.
- CASANOVA, P. G. **“Los caracoles” zapatistas: Redes de resistencia y autonomía”.** Sociales OSAL, Observatorio Social de América Latina Año IV no. 11 (mayo-agosto 2003). Buenos Aires: CLACSO, 2003
- CDI Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas. **Indicadores Sociodemográficos de la Población Indígena 2000-2005.** Con base en: INEGI. XII Censo General de Población y Vivienda, México, 2000.

www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOSMEXICANOS

Constitución publicada en el Diario Oficial de la Federación el 5 de febrero de 1917

Última Reforma DOF 29-07-2010

Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas 107a. sesión plenaria 13 de septiembre de 2007. Pág. 7

García, A. C. **Construyendo nuevas formas de ciudadanía Resistencia zapatista en la región Altos de Chiapas.** Universidad Autónoma Metropolitana UAM-Xochimilco, México, DF. 2011, pp. 115- 118

GALLOIS, T. D. **A ESCOLA COMO PROBLEMA ALGUMAS POSIÇÕES.** Políticas culturais e povos indígenas -1 ed.- editora Cultura Acadêmica, São Paulo, 2014.

Informe Sobre Desarrollo Humano 2004, Ediciones Mundi-Prensa 2004

Los Pueblos Indígenas de México:

http://www.cdi.gob.mx/index.php?option=com_content&id=1387&Itemid=24. Aceso 16/08/2015, 18:16 p.m.

NARVAEZ, G. R. **Dos proyectos de sociedad en Los Altos de Chiapas. Escuelas secundarias oficial y autónoma entre los tsotsiles de San Andrés** Universidad Autónoma Metropolitana UAM-Xochimilco, México, DF. 2011, PP, 191- 197, 205-208.

SALETE, C. R. **Caminhos para a transformação da escola.** Temas e problemas no ensino em escolas do campo, 1era edição. Editora Outras expressões, São Paulo, 2012 p. 30-31, 39-40.

SAMANO, M.A. **Los acuerdos de San Andrés Larrainzar en el contexto de la declaración de los derechos de los pueblos americanos.** Ponencia presentada en las X jornadas lascasianas internacionales en el Antiguo Colegio de Santo Tomas, Antigua Guatemala, del 7 al 9 de marzo del 2000.

www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais



www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015